

FREDIE DIDIER JR.

22^a
edição

revista, atualizada
e ampliada

Curso de Direito

PROCESSUAL CIVIL

Introdução ao Direito Processual Civil,
Parte Geral e Processo
do Conhecimento

1

2020



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota do autor à 22ª edição.....	27
Nota do autor à 17ª edição.....	29
Prefácio.....	33
Capítulo 1 ► Introdução ao Direito Processual Civil	37
1. Introdução.....	37
2. Conceito de processo.....	38
3. Teoria Geral do Processo, Ciência do Direito Processual Civil e Direito Processual Civil.....	42
4. Processo e direito material. Instrumentalidade do processo. Relação circular entre o direito material e o processo.....	47
5. Algumas características do pensamento jurídico contemporâneo.....	49
6. Neoconstitucionalismo, neoprocessualismo ou formalismo valorativo. A atual fase metodológica da ciência do processo.....	53
7. A ciência do processo e a nova metodologia jurídica	57
7.1. Constituição e processo. O art. 1º do CPC	57
7.2. Princípios processuais.....	59
7.3. A nova feição da atividade jurisdicional e o Direito processual: sistema de precedentes, criatividade judicial e cláusulas gerais processuais	62
7.4. Processo e direitos fundamentais.....	66
8. A tradição jurídica brasileira: nem <i>civil law</i> nem <i>common law</i>	67
9. O CPC e os microsistemas processuais civis	70
9.1. Nota introdutória.....	70
9.2. Microsistemas surgidos durante a vigência do CPC-1973. Os casos dos microsistemas do processo coletivo, da arbitragem, dos Juizados Especiais e dos processos de controle concentrado de constitucionalidade dos atos normativos.....	71
9.3. Microsistemas processuais (não exclusivamente civis) embutidos dentro do CPC-2015.....	75
Capítulo 2 ► Norma Jurídica Processual	77
1. Conceito de norma jurídica processual.....	77
2. Fontes da norma jurídica processual.....	77
3. <i>Soft law</i> e o Direito Processual.....	84
4. Aplicação da norma jurídica processual no tempo.....	86

Capítulo 3 ► Normas Fundamentais do Processo Civil	89
1. Direito Processual Fundamental	89
2. Princípios.....	92
2.1. Princípio do devido processo legal.....	92
2.1.1. Considerações gerais	92
2.1.2. Conteúdo	93
2.1.3. Devido processo legal formal e devido processo legal substancial.....	97
2.1.4. Devido processo legal e relações jurídicas privadas	101
2.2. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	104
2.3. Princípio da legalidade (juridicidade).....	108
2.4. Princípio do contraditório.....	110
2.4.1. Generalidades e a regra da proibição de decisão-surpresa	110
2.4.2. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório.....	117
2.5. Princípio da ampla defesa.....	119
2.6. Princípio da publicidade.....	119
2.7. Princípio da duração razoável do processo.....	127
2.8. Princípio da igualdade processual (paridade de armas)	130
2.9. Princípio da eficiência.....	132
2.10. Princípio da boa-fé processual.....	138
2.10.1. Generalidades	138
2.10.2. Fundamento constitucional do princípio da boa-fé processual	141
2.10.3. Destinatário da norma.....	144
2.10.4. Concretização do princípio da boa-fé processual	144
2.11. Princípio da efetividade	148
2.12. Princípio da adequação (legal, jurisdicional e negocial) do processo.....	149
2.12.1. Generalidades	149
2.12.2. Critérios de adequação	150
2.12.3. Adequação jurisdicional do processo.....	152
2.12.4. Adequação negocial do processo	155
2.13. Princípio da cooperação e o modelo do processo civil brasileiro	155
2.13.1. Nota introdutória.....	155
2.13.2. “Princípios” dispositivo e inquisitivo. Modelos tradicionais de organização do processo: adversarial e inquisitorial	155
2.13.3. Processo cooperativo: um terceiro modelo de organização do processo. Princípios e regras de cooperação. Eficácia do princípio da cooperação ...	160
2.13.4. Dever de o juiz zelar pelo efetivo contraditório, princípio da cooperação e dever de auxílio	167
2.14. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo.....	168
2.15. Princípio da primazia da decisão de mérito	172

2.16.	Princípio da proteção da confiança.....	174
2.16.1.	Proteção da confiança e segurança jurídica.....	174
2.16.2.	Pressupostos para a proteção da confiança.....	175
2.16.3.	Princípio da proteção da confiança e o direito processual civil.....	178
3.	Regras.....	182
3.1.	Regras da instauração do processo por iniciativa da parte e de desenvolvimento do processo por impulso oficial.....	182
3.1.1.	Instauração do processo por iniciativa da parte.....	183
3.1.2.	Desenvolvimento do processo por impulso oficial.....	183
3.2.	Regra da obediência à ordem cronológica de conclusão.....	184
3.2.1.	Generalidades.....	184
3.2.2.	Regras que excetuem o dever de respeito à ordem cronológica de conclusão.....	185
3.2.3.	Calendário processual e dever de observância da ordem cronológica de conclusão.....	188
3.2.4.	Consequências do descumprimento da regra.....	189
3.2.5.	Extensão da regra à atuação do escrivão ou chefe de secretaria.....	189
3.2.6.	Direito transitório.....	190
4.	Norma fundamental de interpretação do Código de Processo Civil: o postulado hermenêutico da unidade do Código.....	190
Capítulo 4 ► Jurisdição		193
1.	Conceito e características da jurisdição.....	193
1.1.	Conceito.....	193
1.2.	Decisão por terceiro imparcial – heterocomposição.....	194
1.2.1.	Generalidades.....	194
1.2.2.	A imparcialidade na arbitragem.....	196
1.3.	A jurisdição como manifestação do Poder: a imperatividade e a inevitabilidade da jurisdição.....	199
1.4.	A jurisdição como atividade criativa.....	200
1.5.	Jurisdição como técnica de tutela de direitos mediante um processo.....	205
1.6.	A jurisdição sempre atua em uma situação jurídica concreta.....	205
1.7.	Insusceptibilidade de controle externo.....	207
1.8.	Aptidão para a coisa julgada.....	207
2.	Equivalentes jurisdicionais.....	208
2.1.	Generalidades e justiça multiportas.....	208
2.2.	Autotutela.....	209
2.3.	Autocomposição.....	210
2.4.	Julgamento de conflitos por tribunal administrativo (solução estatal não jurisdicional de conflitos).....	211
3.	Arbitragem.....	215

4. A questão da “indelegabilidade” do exercício da jurisdição.....	220
5. A territorialidade para o exercício da jurisdição	222
6. Princípios da jurisdição.....	223
6.1. Inafastabilidade	223
6.2. Juiz natural	228
7. A jurisdição voluntária.....	232
7.1. Generalidades	232
7.2. Classificação dos procedimentos de jurisdição voluntária de Leonardo Greco.....	237
7.3. A jurisdição voluntária como administração pública de interesses privados	238
7.4. A jurisdição voluntária como atividade jurisdicional	239
Capítulo 5 ► Competência	245
1. Conceito e considerações gerais	246
2. Distribuição da competência. Fontes normativas de atribuição de competência	247
3. Normas fundamentais sobre competência.....	247
3.1. Princípio do juiz natural.....	247
3.2. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência	247
3.3. Princípio da competência adequada	248
3.4. Regra da <i>Kompetenzkompetenz</i>	252
3.5. Regra da perpetuação da jurisdição	252
4. Competência por distribuição	254
5. Classificação da competência	255
5.1. Competência do foro (territorial) e competência do juízo.....	255
5.2. Competência originária e derivada	255
5.3. Competência relativa e competência absoluta	256
5.3.1. <i>A translatio iudicii</i>	256
5.3.2. Distinções entre a incompetência relativa e a incompetência absoluta....	258
6. Foros concorrentes, <i>forum shopping</i> , <i>forum non conveniens</i> e princípio da competência adequada	259
7. Competência constitucional.....	262
8. Competência internacional.....	264
8.1. Considerações gerais	264
8.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa (arts. 21 e 22, CPC).....	266
8.3. Competência internacional exclusiva (art. 23, CPC)	267
8.4. Competência concorrente e litispendência (art. 24, CPC)	267
9. Métodos para identificar o juízo competente	268
10. Critérios determinativos de distribuição da competência	268

10.1. Consideração introdutória.....	268
10.2. Objetivo: em razão da matéria, em razão da pessoa e em razão do valor da causa	269
10.3. Territorial.....	271
10.4. Funcional.....	271
10.4.1. Generalidades	271
10.4.2. Competência funcional x competência territorial absoluta.....	272
11. Principais regras de competência territorial.....	274
12. Foros distritais e subseções judiciárias.....	281
13. Modificações da competência.....	281
13.1. Panorama dos fatos jurídicos processuais que autorizam a modificação da competência.....	281
13.2. Não alegação da incompetência relativa.....	283
13.3. Foro de eleição	283
13.3.1. Generalidades	283
13.3.2. Ineficácia da cláusula abusiva de foro de eleição.....	285
13.3.3. Foro de eleição internacional.....	286
13.4. Conexão e continência.....	286
13.4.1. Considerações gerais sobre a conexão. Conceitos legais de conexão e continência. Insuficiência do conceito legal. A conexão por prejudicialidade ou por preliminaridade.....	286
13.4.2. Forma de alegação.....	290
13.4.3. Distinção entre a alegação de modificação de competência e a alegação de incompetência relativa	291
13.4.4. Conexão entre demanda executiva e demanda de conhecimento e conexão entre demandas executivas.....	292
13.4.5. Conexão por afinidade. Um novo modelo de conexão para o julgamento de casos repetitivos	293
13.5. Prevenção.....	294
14. Recorribilidade da decisão sobre competência.....	295
15. Conflito de competência.....	296
15.1. Conceito.....	296
15.2. Incompetência, remessa dos autos e conflito de competência.....	297
15.3. Legitimidade e participação do Ministério Público.....	298
15.4. Competência	298
15.5. Procedimento.....	300
16. Competência da Justiça Federal	301
16.1. Características	301
16.2. Competência dos juízes federais em razão da pessoa.....	301
16.2.1. O art. 109, I, CF/1988.....	301

16.2.1.1. As causas	301
16.2.1.2. As pessoas.....	303
16.2.1.3. As exceções	307
16.2.2. O art. 109, II, CF/1988.....	310
16.2.3. O art. 109, VIII, CF/1988	310
16.3. Competência funcional: art. 109, X, segunda parte	312
16.4. Competência da Justiça Federal em razão da matéria.....	313
16.4.1. O art. 109, III, CF/1988.....	313
16.4.2. Causas do art. 109, V-A: grave violação a direitos humanos.....	314
16.4.3. O art. 109, XI, CF/1988: disputa sobre direitos indígenas	318
16.4.4. Art. 109, X, parte final: causas referentes à nacionalidade e à naturalização	319
16.5. Competência territorial da Justiça Federal	320
16.5.1. Considerações gerais	320
16.5.2. Art. 109, § 3º, CF/1988: juízo estadual com competência federal.....	322
16.6. Competência do Tribunal Regional Federal (art. 108 da CF/1988)	325
Capítulo 6 ► Cooperação judiciária nacional	331
1. Introdução: conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais	331
2. Breve histórico	333
3. Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a Recomendação n. 38/2011 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais.....	335
4. Abrangência das normas sobre cooperação judiciária nacional: processos eleitoral, trabalhista, penal e administrativo	336
5. Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação.....	337
6. Atipicidade da cooperação: atipicidade de instrumentos e de atos.....	338
7. Tipos de cooperação.....	339
7.1. Cooperação por solicitação.....	339
7.2. Cooperação por delegação.....	339
7.3. Cooperação por concertação	340
8. A subsidiariedade do uso das cartas como instrumentos de cooperação judiciária. A disciplina normativa das cartas como parâmetro para a solução de problemas dogmáticos da cooperação judiciária nacional	340
9. Pedido de cooperação: a cooperação solicitada	341
10. Cooperação por delegação.....	342
10.1. Noção e características.....	342
10.2. Distinções.....	343
11. Atos concertados: a cooperação negociada.....	344

11.1. Generalidades e legitimidade para celebração	344
11.2. Objeto da concertação.....	346
11.2.1. Consideração introdutória.....	346
11.2.2. Alguns possíveis objetos de atos de concertação: a lista de exemplos do § 2º do art. 69 do CPC	347
11.2.2.1. Prática de citação, intimação ou notificação de ato (art. 69, § 2º, I, CPC).....	347
11.2.2.2. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos (art. 69, § 2º, II, CPC). A conexão probatória.....	347
11.2.2.3. Efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial (art. 69, §2º, IV e V, CPC)	348
11.2.2.4. A centralização de processos repetitivos (art. 69, §2º, VI, CPC).....	349
11.2.2.5. Execução de decisões judiciais (art. 69, §2º, III e VII, CPC).....	351
11.3. Ato concertado como hipótese de modificação de competência.....	351
12. Cooperação judiciária e sistema da <i>translatio iudicii</i>	355
13. A compulsoriedade da cooperação judiciária	355
14. Síntese do modelo brasileiro de cooperação judiciária nacional.....	357
Capítulo 7 ► Mediação e Conciliação	359
1. A política pública de tratamento adequado dos conflitos jurídicos. O princípio do estímulo da solução do litígio por autocomposição.....	359
2. A Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça	360
3. Mediação e conciliação: distinções e semelhanças.....	362
4. Normas que regem a mediação e a conciliação.....	364
5. O centro de solução de conflitos	367
6. As câmaras privadas de mediação e conciliação.....	368
7. As câmaras administrativas de mediação e conciliação.....	369
8. Considerações críticas	370
Capítulo 8 ► Teoria da Ação: da Ação e do Direito de Ação	373
1. Direito de ação, ação, procedimento e direito afirmado.....	373
2. O direito de ação como um complexo de situações jurídicas.....	375
3. A demanda e a relação jurídica substancial	378
4. Elementos da ação.....	379
4.1. Causa de pedir e pedido	379
4.2. Partes	380
5. Classificação das ações.....	381
5.1. Classificação segundo a natureza da relação jurídica discutida: real e pessoal	381
5.2. Classificação segundo o objeto do pedido mediato: mobiliária ou imobiliária.....	381

5.3. Classificação segundo o tipo de tutela jurisdicional: conhecimento, cautelar e executiva. Ações sincréticas	381
5.4. Ações de conhecimento: condenatórias, constitutivas e declaratórias	382
5.4.1. Ações condenatórias: as ações de prestação	382
5.4.2. Ações constitutivas	383
5.4.3. Ações (meramente) declaratórias	384
5.4.4. O art. 20 do CPC. Distinção entre ação meramente declaratória e ação de condenatória. O art. 515, I, do CPC	388
5.4.5. Ações mandamentais e ações executivas em sentido amplo. As classificações quinária e quaternária das ações	390
5.5. Ações dúplices	395
6. Cumulação de ações	396
7. Concurso de ações (concurso de direitos)	396
8. As condições da ação e o novo CPC	398
Capítulo 9 ► Pressupostos Processuais	403
1. Pressuposto processual: noções gerais	403
2. Pressupostos de existência e requisitos de validade	404
3. Alguns “mitos” sobre os pressupostos processuais	407
4. A classificação proposta	408
5. Pressupostos processuais subjetivos	409
5.1. Capacidade de ser parte	409
5.2. Existência de órgão investido de jurisdição	410
6. Pressuposto processual objetivo: a existência de ato inicial do procedimento que introduza o objeto da decisão	411
7. Requisitos processuais subjetivos de validade	411
7.1. Capacidade processual	411
7.1.1. Generalidades	411
7.1.2. Possíveis consequências da incapacidade processual	414
7.2. Capacidade processual das pessoas casadas	415
7.2.1. Consideração introdutória	415
7.2.2. Capacidade processual dos cônjuges nas ações reais imobiliárias	415
7.2.2.1. O art. 1.647 do Código Civil	415
7.2.2.2. A restrição da capacidade processual	416
7.2.2.3. Forma e prova do consentimento	418
7.2.2.4. Aplicação à união estável documentada	419
7.2.2.5. O controle da ilegitimidade processual do cônjuge	420
7.2.2.6. Suprimento judicial do consentimento (art. 74 do CPC e art. 1.648 do Código Civil)	420
7.2.3. Dívidas solidárias e litisconsórcio necessário entre os cônjuges (incisos II e III do § 1º do art. 73 do CPC)	422

7.3. O curador especial	423
7.4. Capacidade postulatória.....	429
7.4.1. Generalidades	429
7.4.2. Ato praticado por advogado sem procuração.....	431
7.4.3. A procuração	433
7.5. Competência	435
7.6. Imparcialidade	435
8. Requisito processual objetivo intrínseco: respeito ao formalismo processual	436
9. Requisitos processuais objetivos extrínsecos e negativos	437
10. A legitimação para agir e o interesse processual	439
10.1. Observação introdutória	439
10.2. O art. 17 do CPC.....	439
10.3. Legitimação para agir	440
10.3.1. Noção.....	440
10.3.2. Classificação	442
10.3.3. Substituição processual ou legitimação extraordinária.....	445
10.3.4. Fonte normativa da legitimação extraordinária.....	448
10.3.4.1. Generalidades.....	448
10.3.4.2. A legitimação extraordinária negocial.....	450
10.3.5. Substituição processual e sucessão processual.....	455
10.3.6. Substituição processual e representação processual.....	455
10.3.7. Legitimidade ordinária como questão de mérito	455
10.4. O interesse de agir	458
10.4.1. Generalidades	458
10.4.2. O interesse-utilidade	459
10.4.3. O interesse-necessidade e as ações necessárias.....	460
10.4.4. Interesse de agir nas ações declaratórias.....	462
10.4.5. O denominado interesse-adequação	464
10.5. A teoria da asserção: exame da legitimidade e do interesse de agir à luz do que foi afirmado pela parte.....	465
11. As diversas posições jurídicas que um sujeito pode assumir em um mesmo processo: a dinamicidade das capacidades processuais, do interesse processual e da legitimidade	469
Capítulo 10 ► Fatos, atos e negócios jurídicos processuais	473
1. Nota explicativa.....	473
2. Ato e procedimento	474
3. Conceito de fato jurídico processual	474
4. Classificação dos fatos jurídicos processuais em sentido amplo.....	477
5. Negócios processuais	479
5.1. Noções gerais, espécies e classificação	479

5.2.	Negócios processuais atípicos	483
5.2.1.	A cláusula geral de negociação sobre o processo. O princípio da atipicidade da negociação sobre o processo.....	483
5.2.2.	Regras gerais da negociação processual.....	486
5.2.3.	Negócios processuais celebrados pelas partes com o juiz.....	486
5.2.4.	Momento de celebração	487
5.2.5.	Requisitos de validade.....	488
5.2.5.1.	Generalidades.....	488
5.2.5.2.	Capacidade. O problema da vulnerabilidade. Contratos empresariais e não empresariais	488
5.2.5.3.	Objeto. Diretrizes para o controle da validade do objeto do negócio processual atípico. Contratos empresariais e não empresariais.....	492
5.2.5.4.	Forma	496
5.2.6.	Anulabilidade	496
5.2.7.	Eficácia e revogabilidade.....	496
5.2.8.	Onerosidade excessiva, resolução e revisão	498
5.2.9.	Inadimplemento e ônus da alegação.....	498
5.2.10.	Efetivação.....	499
5.2.11.	Princípio da boa-fé e negociação processual.....	499
5.2.12.	Interpretação	499
5.2.13.	Negócios processuais coletivos e negócios processuais que dizem respeito a processos indeterminados	500
5.2.14.	Direito intertemporal	502
6.	Ato ilícito processual	503
Capítulo 11 ► Invalidades Processuais.....		505
1.	Consideração introdutória.....	505
2.	Noções básicas sobre os planos da existência, validade e eficácia dos fatos jurídicos	506
3.	Sistema de invalidades processuais	509
3.1.	Sistema de invalidades processuais e sistema de invalidades do direito material	509
3.2.	O ato processual defeituoso produz efeitos até a sua invalidação. Toda invalidade processual é decretada	510
3.3.	Os tipos de defeito processual.....	510
3.4.	Não há invalidade sem prejuízo.....	513
3.5.	Intervenção do Ministério Público e invalidade.....	514
3.6.	Princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos. O princípio da fungibilidade.....	515
3.7.	Sanabilidade dos defeitos processuais.....	516
3.8.	Invalidade do procedimento (inadmissibilidade) e invalidade de cada um dos atos do procedimento.....	517
3.9.	Invalidação de atos do juiz, das partes e dos auxiliares da justiça	519

3.10. Máxima da proporcionalidade e princípios da cooperação e da eficiência aplicados ao sistema das invalidades processuais.....	522
3.11. O princípio da boa-fé processual e a regra da proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	523
3.12. Princípio da proteção da confiança.....	526
3.13. Decisão sobre a invalidade e preclusão.....	527
Capítulo 12 ► Preclusão	529
1. Conceito	529
2. Fundamentos da preclusão e o seu papel no formalismo processual.....	530
3. Classificação.....	532
3.1. Generalidades	532
3.2. Preclusão temporal.....	534
3.3. Preclusão lógica.....	534
3.4. Preclusão consumativa.....	536
3.5. Preclusão-sanção ou preclusão punitiva.....	537
4. Natureza jurídica.....	538
4.1. A preclusão como fato e como efeito jurídico.....	538
4.2. A preclusão como sanção.....	539
5. Preclusão, prescrição e decadência.....	540
6. Preclusão para o juiz	541
7. Efeitos da preclusão	542
Capítulo 13 ► Teoria da Cognição Judicial	545
1. Conceito de cognição.....	545
2. Conceito de questão.....	546
3. Resolução das questões: resolução <i>incidenter tantum</i> e resolução <i>principaliter</i>	546
4. Objeto do processo e objeto litigioso do processo	548
5. Objeto da cognição judicial (tipologia das questões).....	552
5.1. Consideração introdutória	552
5.2. Questões de fato e questões de direito.....	552
5.3. Questões prévias: questões preliminares e questões prejudiciais.....	554
5.4. Pressupostos processuais e mérito: questões de admissibilidade e questões de mérito	558
6. Espécies de cognição.....	560
Capítulo 14 ► Litisconsórcio.....	565
1. Conceito	565
2. Classificação.....	566
2.1. Ativo, passivo e misto	566

2.2.	Inicial e ulterior	566
2.3.	Unitário e simples.....	566
2.3.1.	Unitário.....	567
2.3.2.	Simple ou comum	568
2.4.	Necessário e facultativo	569
2.4.1.	Generalidades	569
2.4.2.	Litisconsórcio necessário unitário, litisconsórcio facultativo unitário e hipóteses de intervenção <i>iussu iudicis</i>	569
2.4.3.	Litisconsórcio necessário por força de lei	572
2.4.4.	Síntese das combinações possíveis entre os litisconsórcios unitário, simples, necessário e facultativo	573
2.4.5.	Litisconsórcio necessário ativo	573
2.4.6.	Natureza da sentença proferida contra litisconsorte necessário não citado.....	580
2.4.7.	Litisconsórcio necessário e negócio jurídico processual	581
2.4.8.	Litisconsórcio facultativo unitário e coisa julgada	582
3.	Regime de tratamento dos litisconsortes.....	584
4.	Modalidades especiais de Litisconsórcio facultativo e cumulação de pedidos.....	586
4.1.	Litisconsórcio sucessivo	586
4.2.	Litisconsórcio eventual.....	587
4.3.	Litisconsórcio alternativo	588
5.	Litisconsórcio por comunhão, por conexão ou por afinidade. Litisconsórcio facultativo impróprio. Litisconsórcio recusável. Litisconsórcio multitudinário.....	589
Capítulo 15 ► Intervenção de Terceiro		593
1.	Introdução às intervenções de terceiro.....	593
1.1.	Conceitos fundamentais.....	593
1.1.1.	Conceito de parte.....	593
1.1.2.	Conceito de terceiro	594
1.1.3.	Conceito de intervenção de terceiro.....	594
1.1.4.	Processo incidente e incidente do processo	595
1.2.	Fundamentos para as intervenções de terceiro	595
1.3.	Efeitos no processo.....	596
1.4.	Controle pelo magistrado. As convenções processuais sobre as intervenções de terceiro	597
1.5.	Cabimento	599
1.5.1.	Regra geral.....	599
1.5.2.	Juizados Especiais Cíveis	599
2.	Assistência	599
2.1.	Considerações gerais	599
2.2.	Procedimento.....	600

2.3.	Assistência simples.....	601
2.3.1.	Considerações gerais	601
2.3.2.	Poderes do assistente simples	603
2.3.2.1.	Combinação das regras decorrentes dos arts. 121, par. ún., e 122, CPC.....	603
2.3.2.2.	Análise do par. ún. do art. 121 do CPC: omissões negociais e não negociais do assistido.....	605
2.3.3.	Eficácia preclusiva da intervenção	607
2.4.	Assistência litisconsorcial	608
2.5.	Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (<i>lato sensu</i>) como assistente simples em processo individual.....	610
3.	Denúnciação da lide	612
3.1.	Generalidades	612
3.2.	Facultatividade da denúnciação da lide.....	616
3.3.	Posição processual do denunciado	617
3.4.	A denúnciação da lide em caso de evicção (art. 125, I, CPC)	619
3.5.	A denúnciação da lide com base no inciso II do art. 125 do CPC.....	620
3.5.1.	Considerações gerais	620
3.5.2.	A concepção restritiva	620
3.5.3.	A concepção ampliativa	623
3.5.4.	A posição do Superior Tribunal de Justiça.....	626
3.5.5.	Síntese conclusiva: a nossa opinião.....	627
3.6.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo autor (arts. 126-127, CPC) ...	628
3.7.	Procedimento da denúnciação da lide formulada pelo réu (arts. 126 e 128, CPC)	629
4.	Chamamento ao processo	630
5.	Denúnciação da lide e chamamento ao processo em causas de consumo.....	633
6.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	637
6.1.	Generalidades	637
6.2.	A descon sideração da personalidade jurídica: suas origens como instrumento de supressão do privilégio da limitação da responsabilidade	637
6.3.	A descon sideração da personalidade jurídica: a construção doutrinária brasileira....	640
6.4.	Aspectos processuais da descon sideração da personalidade jurídica.....	643
7.	Intervenção de <i>amicus curiae</i>	646
8.	Outras intervenções decorrentes da resposta do réu	652
9.	A intervenção <i>iussu iudicis</i>	652
10.	Intervenções especiais dos entes públicos	656
11.	Intervenção litisconsorcial voluntária ou litisconsórcio facultativo ulterior simples.....	659
12.	Intervenção de terceiro especial no processo da ação de alimentos (art. 1.698 do Código Civil).....	662

Capítulo 16 ▶ Alienação da Coisa ou do Direito Litigioso	669
Capítulo 17 ▶ Formação do Processo e Petição Inicial.....	675
1. Formação do processo.....	675
2. Petição inicial e demanda.....	676
3. Requisitos da petição inicial	676
3.1. Forma.....	676
3.2. Assinatura de quem possua capacidade postulatória.....	677
3.3. Indicação do juízo a que é dirigida a demanda.....	677
3.4. Qualificação das partes.....	677
3.5. Causa de pedir: o fato e o fundamento jurídico do pedido.....	680
3.6. Argumentação jurídica.....	683
3.7. O pedido.....	684
3.8. Atribuição de valor à causa.....	684
3.9. A indicação dos meios de prova com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	685
3.10. Opção pela realização ou não da audiência de conciliação ou mediação.....	685
3.11. Documentos indispensáveis à propositura da demanda	686
4. Emenda da petição inicial.....	687
5. Indeferimento da petição inicial.....	688
5.1. Considerações gerais	688
5.2. Hipóteses de indeferimento	692
5.2.1. Inépcia.....	692
5.2.2. Ilegitimidade da parte.....	695
5.2.3. Falta de interesse processual.....	695
5.2.4. Não atendimento ao disposto nos arts. 106 e 321	696
6. Pedido	696
6.1. Conceito e divisão	696
6.2. Requisitos.....	697
6.3. Cumulação de pedidos	698
6.3.1. Cumulação própria: simples ou sucessiva	698
6.3.2. Cumulação imprópria: subsidiária ou alternativa.....	699
6.3.3. Cumulação inicial e cumulação ulterior	704
6.3.4. Requisitos para a cumulação.....	705
6.3.4.1. Compatibilidade dos pedidos.....	705
6.3.4.2. Competência.....	705
6.3.4.3. Identidade do procedimento ou conversibilidade para o procedimento comum. Cláusula geral de adaptabilidade do procedimento comum	706
6.4. Ampliação da demanda.....	709

6.5. Redução da demanda.....	711
6.6. Alteração objetiva da demanda.....	711
6.7. Espécies de pedido.....	713
6.7.1. Pedido genérico.....	713
6.7.2. Pedido alternativo.....	716
6.7.3. Pedido relativo a obrigação indivisível.....	718
6.8. Interpretação do pedido e pedido implícito.....	719
6.8.1. Interpretação da petição inicial. Regras gerais sobre a interpretação dos atos postulatórios.....	719
6.8.2. Pedido implícito.....	724
Capítulo 18 ► Improcedência Liminar do Pedido.....	727
1. Conceito e regime jurídico.....	727
2. Hipóteses expressas de improcedência liminar do pedido.....	730
2.1. Pedido contrário a precedente obrigatório.....	730
2.2. Reconhecimento de prescrição ou decadência.....	732
3. Hipótese atípica de improcedência liminar do pedido.....	740
Capítulo 19 ► Citação.....	743
1. Generalidades.....	743
2. A citação como “pressuposto processual”.....	743
3. Comparecimento espontâneo do citando.....	744
4. Pessoaalidade da citação.....	745
5. Local da citação.....	746
6. Impedimento legal para a citação.....	747
7. Efeitos da citação.....	747
8. A citação e a interrupção da prescrição pelo despacho citatório.....	750
9. Modalidades.....	751
9.1. Citação pelo correio.....	751
9.2. Citação por oficial de justiça.....	753
9.3. Citação por mandado com hora certa.....	754
9.4. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	755
9.5. Citação por edital.....	756
9.6. Citação por meio eletrônico.....	757
Capítulo 20 ► Audiência Preliminar de Conciliação ou Mediação.....	761
Capítulo 21 ► Teoria da Exceção, Resposta do Réu e Revelia.....	767
1. Teoria da exceção.....	768
1.1. Acepções do termo “exceção”.....	768
1.2. Exceção em sentido substancial e exceção em sentido processual. Os contraditórios (exceções substanciais) e o seu regime jurídico processual.....	768

1.3.	Da exceção como direito de defesa	771
1.4.	Ação <i>versus</i> exceção	772
2.	Espécies de defesa	773
2.1.	Mérito e admissibilidade	773
2.2.	Objecções e exceções	773
2.3.	Peremptória e dilatória.....	776
2.4.	Direta e indireta.....	777
2.5.	Instrumental e interna.....	777
3.	Resposta do réu	778
4.	A contestação.....	778
4.1.	Noção geral	778
4.2.	Prazo.....	779
4.3.	A regra da eventualidade ou da concentração da defesa	779
4.4.	Defesas de admissibilidade	781
4.4.1.	Inexistência ou nulidade de citação.....	781
4.4.2.	Incompetência do juízo. O direito de o réu alegar incompetência no foro do seu domicílio.....	782
4.4.3.	Incorreção do valor da causa.....	783
4.4.4.	Inépcia da petição inicial.....	784
4.4.5.	Perempção, litispendência e coisa julgada.....	784
4.4.6.	Conexão e continência.....	784
4.4.7.	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização....	785
4.4.8.	Alegação de convenção de arbitragem.....	785
4.4.8.1.	Generalidades.....	785
4.4.8.2.	Alegação de convenção de arbitragem e a <i>Kompetenzkompetenz</i> do juízo arbitral	787
4.4.8.3.	Decisão sobre a alegação de convenção de arbitragem.....	789
4.4.9.	Ausência de legitimidade ou de interesse processual. O direito de substituição do réu e o dever de o réu indicar o legitimado passivo. Novas hipóteses de intervenção de terceiro	790
4.4.10.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar...	792
4.4.11.	Indevida concessão do benefício da gratuidade concedido ao autor	792
4.5.	Defesas que têm de ser alegadas fora da contestação e que podem ser alegadas depois da contestação	792
4.6.	Crítica à interpretação literal do art. 337 do CPC. Quebra do dogma da primazia da defesa de admissibilidade sobre a defesa de mérito	793
4.7.	Ônus da impugnação especificada.....	795
4.7.1.	Noção.....	795
4.7.2.	Representantes judiciais que estão dispensados deste ônus (art. 341, par. ún., CPC).....	796

4.7.3. Afirmações de fato que, mesmo não impugnadas especificadamente, não serão havidas como verdadeiras.....	798
4.8. Forma e requisitos.....	799
4.9. Pedido do réu.....	799
4.10. Aditamento e indeferimento da contestação.....	800
4.11. Interpretação.....	800
5. Reconvenção.....	801
5.1. Noções gerais.....	801
5.2. Reconvenção e ampliação subjetiva do processo.....	802
5.3. Requisitos.....	804
5.3.1. Haja uma causa pendente.....	804
5.3.2. A observância do prazo de resposta.....	804
5.3.3. Competência.....	805
5.3.4. Compatibilidade entre os procedimentos.....	805
5.3.5. Conexão.....	805
5.3.6. Interesse processual.....	806
5.3.7. Cabimento.....	806
5.3.8. Despesas processuais.....	807
5.4. Reconvenção e substituição processual.....	807
5.5. Reconvenção e pedido contraposto.....	807
6. A revelia.....	808
6.1. Noção.....	808
6.2. Efeitos.....	809
6.3. Mitigações à eficácia da revelia.....	809
6.3.1. A presunção de veracidade não é efeito necessário da revelia.....	809
6.3.2. Revelia não implica necessariamente vitória do autor.....	811
6.3.3. Matérias que podem ser alegadas após o prazo de defesa.....	811
6.3.4. Proibição de alteração de pedido ou da causa de pedir (art. 329, II, CPC)....	811
6.3.5. Intervenção do réu revel.....	811
6.3.6. Necessidade de intimação do réu revel que tenha advogado constituído nos autos.....	812
6.3.7. Possibilidade de ação rescisória por erro de fato.....	813
6.3.8. <i>Querela nullitatis</i>	813
6.3.9. Impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	813
6.4. Revelia na reconvenção.....	813
Capítulo 22 ► Arguição de Impedimento ou Suspeição.....	815
1. Generalidades.....	815
2. Hipóteses de impedimento.....	816

3. Hipóteses de suspeição	819
4. Suspensão do processo	820
5. Procedimento, decisão e recursos.....	821
6. Eficácia externa da decisão sobre a suspeição e o impedimento.....	824
7. Arguição de impedimento ou suspeição do tribunal ou da maioria absoluta do tribunal.....	825
8. Impedimento ou suspeição provocados. Imparcialidade aceita e abuso do direito.....	826

Capítulo 23 ► Providências Preliminares e Julgamento Conforme o Estado do Processo **829**

1. Saneamento e fase de saneamento. As providências preliminares	829
2. Julgamento conforme o estado do processo	832
3. Julgamento antecipado do mérito.....	832
4. rotas ou circuitos do procedimento comum.....	836
5. Da decisão de saneamento e organização do processo.....	837
5.1. Generalidades	837
5.2. Audiência de saneamento e organização em cooperação com as partes.....	840
5.3. O acordo de organização do processo.....	841
5.4. O calendário processual	843
5.5. Eficácia preclusiva da decisão de saneamento e de organização do processo em relação ao reexame das questões que podem ser decididas a qualquer tempo pelo órgão jurisdicional	845
5.5.1. Consideração introdutória	845
5.5.2. O juízo de admissibilidade positivo e a preclusão	846

Capítulo 24 ► Extinção do Processo **853**

1. Observação introdutória	853
2. Conteúdo das decisões judiciais. As decisões totais e as decisões parciais.....	854
3. Decisões que não examinam o mérito (art. 485 do CPC).....	855
3.1. Generalidades e a primazia da decisão de mérito.....	855
3.2. Distribuição por dependência em caso de renovação da demanda (art. 286, II)....	857
3.3. Efeito regressivo da apelação (art. 485, § 7º).....	857
3.4. Análise do art. 486 do CPC.....	858
3.5. Indeferimento da petição inicial	861
3.6. Abandono do processo pelas partes	862
3.7. Abandono do processo pelo autor.....	863
3.8. Falta de “pressupostos processuais”.....	864
3.9. Existência de perempção, litispendência e coisa julgada.....	865
3.10. Ausência de interesse ou legitimidade	867
3.11. Existência de convenção de arbitragem	869

3.12. Desistência do prosseguimento do processo (revogação da demanda).....	870
3.12.1. Generalidades	870
3.12.2. Desistência parcial.....	870
3.12.3. Desistência da ação e renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação ...	871
3.12.4. Momento.....	871
3.12.5. Desistência da ação e desistência do recurso.....	872
3.12.6. Desistência da ação e consentimento do réu.....	872
3.12.7. Efeito anexo da decisão que homologa a desistência da ação.....	874
3.12.8. Desistência da ação e julgamento de casos repetitivos.....	874
3.12.9. Caso especial: desistência no caso de ente federal ser réu.....	874
3.12.10. Desistência em processo coletivo	875
3.12.11. Desistência e despesas processuais.....	875
3.13. Falecimento do autor e intransmissibilidade do direito litigioso	875
3.14. Análise do § 3º do art. 485 do CPC.....	876
4. Decisões que examinam o mérito (art. 487 Do CPC)	878
4.1. Observação introdutória	878
4.2. Julgamento do mérito: a procedência e a improcedência.....	879
4.2.1. Generalidades	879
4.2.2. A decisão que não acolhe a afirmação de contradireito como uma decisão de mérito.....	880
4.3. Homologação da autocomposição das partes.....	882
4.4. Decisão sobre a decadência ou a prescrição.....	885
Capítulo 25 ► Suspensão do Processo	889
1. Noções gerais.....	889
2. Hipóteses de suspensão.....	891
2.1. Morte ou perda da capacidade processual de parte, representante legal ou advogado	891
2.2. Convenção das partes	893
2.3. Arguição de impedimento ou suspeição.....	894
2.4. Admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas	894
2.5. Prejudicialidade ou preliminaridade externa (art. 313, V, “a”).....	895
2.6. Dependência da verificação de um fato ou da produção de uma prova (art. 313, V, “b”).....	896
2.7. Força maior.....	897
2.8. Pendência de processo perante tribunal marítimo.....	898
2.9. Casos que envolvem a maternidade ou paternidade	898
2.10. Decisão de mérito depender da verificação da ocorrência de delito.....	900
2.11. Suspensão do processo em razão da concessão de medida liminar em ação declaratória de constitucionalidade	901

2.12. Outros casos de suspensão.....	902
3. Prática de atos durante a suspensão do processo.....	903
Bibliografia	907